

Art. 10. O formulário de consulta interna, após a devida aprovação, será amplamente divulgado e disponibilizado a todas(os) as(os) magistradas(os) e servidoras(es) do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, incluindo servidoras(es) efetivas(os), requisitadas(os) e terceirizadas(os).

Art. 11. A consulta interna permanecerá aberta para votação pelo prazo de dez dias úteis, contados a partir da data de sua disponibilização, prorrogável por ato da Presidência.

Art. 12. Encerrado o prazo da consulta interna, caberá à SEGEM a compilação de todos os dados coletados e a elaboração de um relatório circunstanciado dos resultados, que deverá ser prontamente encaminhado à Presidência.

Art. 13. O formulário de consulta pública, após aprovação, será encaminhado pela Presidência à Ouvidoria do Tribunal.

Art. 14. Caberá à Ouvidoria, com a cooperação técnica da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM), promover a ampla divulgação do formulário de consulta pública para o público em geral, utilizando-se, para tanto, do sítio eletrônico oficial do Tribunal, das redes sociais institucionais e de outros canais de comunicação que se mostrem eficazes para alcançar o maior número possível de cidadãos(ãs).

Art. 15. A consulta pública permanecerá aberta para votação por um período de dez dias úteis, a contar da data de sua publicação oficial.

Art. 16. Após o encerramento do prazo, a Ouvidoria será responsável por compilar os dados resultantes da consulta pública, elaborar um relatório detalhado dos resultados e encaminhá-lo formalmente à Presidência do Tribunal.

Art. 17. Fica facultada aos consultados a sugestão de outros temas não contemplados na lista, através do preenchimento de campo próprio no respectivo formulário.

CAPÍTULO IV

DA DECISÃO E DA DIVULGAÇÃO

Art. 18. De posse dos relatórios das consultas interna e externa, bem como das manifestações da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público Eleitoral, o(a) Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, em decisão discricionária subsidiada pelos elementos colhidos, escolherá o tema que norteará as políticas institucionais para o ano subsequente.

Art. 19. A escolha do tema anual deverá ser concluída, e sua divulgação determinada pela Presidência até o dia 19 de dezembro de cada ano.

Art. 20. Uma vez definido o tema, a(o) Presidente do Tribunal determinará à Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) e às demais unidades competentes que adotem as providências necessárias para a sua ampla divulgação, tanto para o público interno quanto para a sociedade em geral.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Os casos omissos na aplicação desta Resolução serão decididos pela Presidência do Tribunal.

Art. 22. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO

PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

RESOLUÇÃO TRE-PB Nº 38/2025

PUBLICAÇÃO EM : 07/01/2026

Instrução para realização de novas eleições para os cargos de Prefeito e Vice- Prefeito do município de CABEDELO/PB e fixação do Calendário Eleitoral.

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 30, incisos IV, XVI e XVII, do Código Eleitoral, e pelo art. 23, incisos XXV e XXIX, do seu Regimento Interno (Resolução nº 09/2015);

CONSIDERANDO a decisão proferida nos Autos do Recurso Eleitoral - RE nº 0600409-84.2024.6.15.0057;

CONSIDERANDO a Portaria nº 567, de 10 de dezembro de 2025, do Tribunal Superior Eleitoral, que estabelece o calendário de realização de eleições suplementares de 2026;

CONSIDERANDO a Resolução TSE nº 22.901/2008, que dispõe sobre a prestação de serviço extraordinário no âmbito da Justiça Eleitoral,

RESOLVE:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Estabelecer nova eleição para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município de CABEDELO/PB, pertencente à 57ª Zona Eleitoral (Cabedelo/PB), que será realizada no dia 12 de abril de 2026 - domingo e utilizará sistema eletrônico de votação e apuração.

Art. 2º Estarão aptos a votar na eleição majoritária referida as eleitoras e os eleitores com inscrição eleitoral regular até o dia 13 de novembro de 2025 (Art. 91 da Lei 9.504/97).

Art. 3º Poderá participar da eleição, o partido que, até seis meses antes do pleito, tenha registrado seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral e possua, até a data da convenção, órgão de direção constituído no município, de acordo com o respectivo estatuto.

DAS CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS

Art. 4º As convenções para a escolha de candidatos serão realizadas no período de 29 de janeiro a 14 de fevereiro de 2026. Os candidatos nelas escolhidos deverão comprovar que possuem domicílio eleitoral no município pelo prazo de, no mínimo, 6 (seis) meses antes da data da nova eleição, e que estão com a filiação deferida pelo partido pelo prazo de, no mínimo, 6 (seis) meses antes, se o estatuto partidário não estabelecer lapso temporal superior.

Parágrafo único. Os candidatos deverão desincompatibilizar-se em até 2 (dois) dias contados da data da convenção.

DO REGISTRO DOS CANDIDATOS

Art. 5º Os partidos políticos solicitarão a(o) Juiz(íza) Eleitoral o registro de seus candidatos até às 19 (dezenove) horas do dia 24 de fevereiro de 2026.

DA IMPUGNAÇÃO

Art. 6º Registrado e autuado o pedido de registro das candidaturas, o Cartório Eleitoral providenciará, imediatamente, a publicação de edital para ciência dos interessados, passando a correr o prazo de 5 (cinco) dias para impugnações (art. 3º da LC 64/90).

Art. 7º Encerrado o prazo de impugnação, o candidato e o partido político devem ser intimados, preferencialmente pelo mural eletrônico ou por outro meio eletrônico que garanta a entrega ao destinatário, para, no prazo de 7 (sete) dias, contestá-la ou se manifestar sobre a notícia de inelegibilidade, juntar documentos, indicar rol de testemunhas e requerer a produção de outras provas, inclusive documentais, que se encontrarem em poder de terceiros, de repartições públicas ou em procedimentos judiciais ou administrativos, salvo os processos que estiverem tramitando em segredo de justiça (art. 4º da LC 64/90).

Art. 8º Decorrido o prazo para contestação, caso não se trate apenas de matéria de direito e a prova protestada for relevante, o(a) Juiz(íza) Eleitoral deve designar os 4 (quatro) dias seguintes para inquirição das testemunhas do impugnante e impugnado, as quais comparecerão por iniciativa das partes que as tiverem arrolado, com notificação judicial (art. 5º da LC 64/90).

§ 1º As testemunhas do impugnante e do impugnado serão ouvidas em uma só assentada (art. 5º, § 1º da LC 64/90).

§ 2º Nos 5 (cinco) dias subsequentes, o(a) Juiz(íza) Eleitoral procederá a todas as diligências que determinar, de ofício ou a requerimento das partes (art. 5º, § 2º da LC 64/90).

§ 3º No prazo de que trata o § 2º, o(a) Juiz(íza) pode ouvir terceiros, referidos pelas partes ou testemunhas, como conhecedores dos fatos e das circunstâncias que possam influir na decisão da causa (art. 5º, § 3º da LC 64/90).

§ 4º Quando qualquer documento necessário à formação da prova se achar em poder de terceiro, o (a) Juiz(íza) pode, ainda, no mesmo prazo de 5 (cinco) dias, ordenar o respectivo depósito (art. 5º, § 4º da LC 64/90).

§ 5º Se o terceiro, sem justa causa, não exhibir o documento, ou não comparecer a Juízo, pode o(a) Juiz(íza) Eleitoral expedir mandado de prisão e instaurar processo por crime de desobediência (art. 5º, § 5º da LC 64/90).

Art. 9º Encerrado o prazo da dilação probatória, as partes poderão apresentar alegações, no prazo comum de 5 (cinco) dias, sendo os autos conclusos o(a) Juiz(íza) Eleitoral, no dia imediato, para sentença (arts. 6º e 7º da LC 64/90).

Parágrafo único. O Ministério Público, nas impugnações que não houver ajuizado, disporá de 2 (dois) dias para apresentar manifestação.

DO JULGAMENTO DOS PEDIDOS DE REGISTRO

Art. 10. Encerrado o prazo para alegações ou para manifestação do Promotor Eleitoral, os autos serão conclusos o(a) Juiz(íza) Eleitoral, no dia imediato, para proferir sentença (art. 7º da LC 64/90).

§ 1º O(A) Juiz(íza) apresentará a sentença em Cartório em 3 (três) dias após a conclusão dos autos, passando a correr igual prazo de 3 (três) dias para interposição de recurso para o Tribunal Regional Eleitoral (art. 8º da LC 64/90).

§ 2º A decisão deverá ser publicada no Mural Eletrônico.

§ 3º O Promotor Eleitoral será intimado pessoalmente.

Art. 11. Havendo recurso, observar-se-á o prazo de 3 (três) dias para o oferecimento de contrarrazões, após o que os autos serão remetidos a este Tribunal no dia seguinte (art. 8º, §§ 1º e 2º da LC 64/90).

§ 1º No Tribunal, o recurso será distribuído no mesmo dia em que for protocolizado e encaminhado à Procuradoria Regional Eleitoral para emissão de parecer no prazo de 2 (dois) dias.

§ 2º Findo o prazo, com ou sem parecer, os autos serão enviados ao Relator, que os apresentará em mesa para julgamento em 3 (três) dias, independentemente de publicação em pauta.

DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 12. A propaganda eleitoral somente é permitida a partir do dia 25 de fevereiro de 2026.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 13. A prestação de contas dos candidatos e dos partidos políticos deverão ser encaminhadas à Justiça Eleitoral até o dia 12 de maio de 2026.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. A cédula oficial será confeccionada pelo Tribunal, que a imprimirá com exclusividade.

Parágrafo único. Em audiência, para a qual serão convocados os representantes dos partidos políticos, será dada publicidade da cédula oficial pelo(a) Juiz(íza) Eleitoral até 3 (três) dias antes da realização da eleição.

Art. 15. Se ocorrer a substituição de candidato nos 5 (cinco) dias anteriores ao pleito, o substituto concorrerá com o nome, o número e, na urna eletrônica, com a fotografia do substituído, computando-se-lhe os votos a este atribuídos.

Art. 16. Poderão ser mantidas as Mesas Receptoras compostas para o pleito de 06 de outubro de 2024, bem como a Junta Eleitoral nomeada para aquele pleito, ressaltando-se as substituições que se fizerem necessárias e os casos de impedimentos legais.

Art. 17. Estarão aptos a votarem os eleitores de CABEDELO/PB inscritos na 57ª Zona Eleitoral, que estiverem em situação regular no Cadastro Nacional de Eleitores 13 de novembro de 2025 (art. 91 da Lei 9.504/97 c/c art. 60 do Código Eleitoral).

Art. 18. Fica aprovado o Calendário Eleitoral anexo para a eleição de que trata esta Resolução.

Art. 19. Aplicam-se, no que couber, as normas atinentes às resoluções relativas às Eleições Municipais de 2024.

Art. 20. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Tribunal, *ad referendum* do Pleno.

Art. 21. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO

PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

ANEXO

CALENDÁRIO ELEITORAL

Eleição para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do município de CABEDELO/PB em 12 de abril de 2026.

12 de outubro de 2025	1. Data final para que todos os partidos políticos que pretendam participar da eleição de CABEDELO/PB tenham obtido registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral. 2. Data final para que os candidatos aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito tenham sua filiação deferida e requerido inscrição eleitoral ou transferência de domicílio para o município de CABEDELO/PB, integrante da 57ª Zona Eleitoral, no qual pretendem concorrer.
13 de novembro de 2025	1. Estarão aptos a votarem os eleitores de CABEDELO/PB inscritos na 57ª Zona Eleitoral, que estiverem em situação regular no Cadastro Nacional de Eleitores até 13 de novembro de 2025 (Art. 91 da Lei 9.504/97)
12 de janeiro de 2026	1. Data a partir da qual é vedado aos agentes públicos cujos cargos estejam em disputa na eleição: I - com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral; II - fazer pronunciamento em cadeia de rádio e de televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo. 2. Data a partir da qual é vedado aos candidatos aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito participar de inaugurações de obras públicas. 3. Data a partir da qual é vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos na realização de inaugurações.
13 de janeiro de 2026	1. Último dia para criação pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação-STIC do processo eleitoral de Configuração de Eleições - CFE.
29 de janeiro de 2026	1. Data a partir da qual é permitida a realização de convenções destinadas à deliberação sobre a escolha de candidatos a Prefeito e Vice-Prefeito.

31 de janeiro de 2026	1. Último dia para publicação dos nomes das pessoas indicadas para compor as Juntas Eleitorais (art. 36, § 2º do Código Eleitoral).
05 de fevereiro de 2026	1. Último dia para os partidos políticos impugnarem, em petição fundamentada, os nomes das pessoas indicadas para compor as Juntas Eleitorais, observado o prazo de 3 (três) dias contados da publicação do edital (art. 36, § 2º do Código Eleitoral).
12 de fevereiro de 2026	1. Último dia para a nomeação das pessoas indicadas para compor a Junta Eleitoral. 2. Último dia para a nomeação dos membros das mesas receptoras e do pessoal de apoio logístico, mediante afixação no átrio do Cartório Eleitoral (art. 35, XIV e art. 120, caput, do Código Eleitoral). 3. Data a partir da qual é assegurada prioridade postal aos partidos políticos para a remessa da propaganda de seus candidatos registrados.
14 de fevereiro de 2026	1. Último dia para a realização de convenções destinadas a deliberar sobre a escolha de candidatos.
15 de fevereiro de 2026	1. Data a partir da qual é vedado às emissoras de rádio e televisão, em programação normal e em noticiário: I - transmitir, ainda que sob a forma de entrevista jornalística, imagens de realização de pesquisa ou de qualquer outro tipo de consulta popular de natureza eleitoral em que seja possível identificar o entrevistado ou em que haja manipulação de dados; II - usar trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou vídeo, que, de qualquer forma, degradem ou ridicularizem candidato ou partido ou produzir ou veicularem programa com esse efeito; III - veicular propaganda política ou difundir opinião favorável ou contrária a candidato ou partido a seus órgãos ou representantes; IV - dar tratamento privilegiado a candidato ou partido; V - veicular ou divulgar filmes, novelas, minisséries ou qualquer outro programa com alusão ou crítica a candidato, partido político, mesmo que dissimuladamente, exceto programas jornalísticos ou debates políticos; VI - divulgar nome de programa que se refira a candidato escolhido em convenção, ainda quando preexistente, inclusive se coincidente com o nome que deverá constar da urna eletrônica.
17 de fevereiro de 2026	1. Último dia do prazo para os partidos políticos reclamarem da nomeação dos membros das mesas receptoras e do pessoal de apoio logístico dos locais de votação, observado o prazo de 5 (cinco) dias contados da nomeação (art. 63, caput da Lei 9.504/97). 2. Último dia para os membros das mesas receptoras e pessoal de apoio logístico dos locais de votação recusarem a nomeação, observado o prazo de 5 (cinco) dias contados da nomeação (art. 120, § 4º do Código Eleitoral). 3. Último dia do prazo para os partidos políticos impugnarem, em petição fundamentada, os nomes das pessoas indicadas para compor a Junta Eleitoral.
	1. Último dia do prazo para a apresentação do requerimento de registro de candidatos aos cargos Prefeito e Vice-Prefeito pelo partido, no Cartório Eleitoral, até as dezenove horas. 2. Data a partir da qual, até a proclamação dos eleitos, as intimações das decisões serão publicadas em Cartório, certificando-se no edital e nos autos o horário, salvo nas

24 de fevereiro de 2026	<p>representações a que se referem os artigos 23, 30-A, 41-A, 73, 74, 75 e 77 da Lei 9.504/97, cujas decisões continuarão a ser publicadas no Diário de Justiça Eletrônico.</p> <p>3. Último dia do prazo para o Juiz(íza) Eleitoral decidir sobre as recusas e reclamações contra a nomeação dos membros das mesas receptoras.</p> <p>4. Último dia para a designação da localização das seções eleitorais.</p> <p>5. Último dia para a Justiça Eleitoral publicar edital dos pedidos de registro de candidatos apresentados pelos partidos políticos (art. 97 do Código Eleitoral).</p> <p>6. Último dia para os partidos políticos recorrerem da decisão do(a) Juiz(íza) eleitoral sobre a designação dos locais de votação, observado o prazo de 3 (três) dias contados da publicação da decisão (art. 135, § 8º do Código Eleitoral).</p> <p>7. Último dia do prazo para os responsáveis por todas as repartições, órgãos ou unidades do serviço público oficiarem ao Juiz Eleitoral informando o número, a espécie e a lotação dos veículos e embarcações de que dispõem para a eleição.</p> <p>8. Último dia do prazo para os partidos recorrerem da decisão do(a) Juiz(íza) Eleitoral sobre a nomeação dos membros da mesa receptora e do pessoal de apoio logístico, observado o prazo de 3 (três) dias contados da publicação da decisão (art. 63, § 1º da Lei 9.504/97).</p>
25 de fevereiro de 2026	<p>1. Data a partir da qual será permitida a propaganda eleitoral.</p> <p>2. Data a partir da qual os candidatos e os partidos políticos poderão realizar comícios e utilizar aparelhagem de sonorização fixa, das 8h às 24h, podendo o horário ser prorrogado por mais 2 (duas) horas quando se tratar de comício de encerramento de campanha (art. 39, § 4º, da Lei 9.504/97).</p> <p>3. Data a partir da qual, até as 22h do dia 2 de março de 2024, poderá haver distribuição de material gráfico, caminhada, carreata e passeata (art. 39, § 9º, da Lei 9.504/97).</p> <p>4. Data a partir da qual será permitida a propaganda eleitoral na internet, vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda paga (arts. 57-a e 57-c da Lei 9.504/97).</p> <p>5. Data a partir da qual, independentemente do critério de prioridade, os serviços telefônicos oficiais ou concedidos, farão instalar, nas sedes dos diretórios nacionais e regionais devidamente registrados, telefones necessários, mediante requerimento do respectivo presidente, e pagamento das taxas devidas (art. 256, 1º, do Código Eleitoral).</p>
27 de fevereiro de 2026	<p>1. Último dia para o Tribunal decidir sobre os recursos interpostos contra a nomeação dos membros das mesas receptoras e do pessoal de apoio logístico, observado o prazo de 3 (três) dias contados da chegada do recurso no tribunal (art. 63, § 1º da Lei 9.504/97).</p> <p>2. Último dia para o Tribunal decidir sobre os recursos interpostos da designação dos locais de votação, observado o prazo de 3 (três) dias da chegada do recurso no tribunal (art. 135, § 8º do Código Eleitoral).</p> <p>3. Último dia para o(a) Juiz(íza) Eleitoral realizar sorteio para a escolha da ordem de veiculação da propaganda de cada partido no primeiro dia do horário eleitoral gratuita.</p> <p>4. Início do período para registro dos requerimentos de Transferência Temporária de Eleitor - TTEs;</p> <p>5. Início do período do registro de agregações de Seções Eleitorais;</p> <p>6. Início da geração e envio dos cadernos de votação.</p>
	<p>1. Último dia, observado o prazo de 2 (dois) dias contados da publicação do edital de candidatos do respectivo partido político no Diário da Justiça Eletrônico, para os</p>

01 de março de 2026	candidatos escolhidos em convenção solicitarem seus registros à Justiça Eleitoral, até as 19h (dezenove horas), caso os partidos políticos não os tenham requerido (art. 11, § 4º da Lei nº 9.504/1997).
04 de março de 2026	1. Último dia para o diretório municipal indicar integrantes da Comissão Especial de Transporte e Alimentação para a votação.
07 de março de 2026	1. Data a partir da qual, até 09 de abril de 2024, pode ser veiculada a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.
14 de março de 2026	1. Data a partir da qual a Secretaria do Tribunal e o Cartório Eleitoral permanecerão de plantão aos sábados, domingos e feriados. 2. Último dia do prazo para a requisição de veículos e embarcações, órgãos ou unidades do serviço público para a votação. 3. Último dia para a instalação de Comissão Especial de Transporte e Alimentação. 4. Último dia para o Juiz Eleitoral comunicar ao Tribunal os nomes dos escrutinadores que houver nomeado e para a publicação, mediante edital, da composição da Junta Eleitoral.
24 de março de 2026	1. Data em que todos os pedidos de registro de candidatura para Prefeito e Vice-Prefeito, inclusive os impugnados e os respectivos recursos, devem estar julgados pelo Juiz Eleitoral e publicadas as respectivas decisões (art.16, §1º da Lei 9.504/97). 2. Último dia para o período de substituição de candidatos, exceto em caso de falecimento, caso em que poderá ser efetivado após essa data, observado, em qualquer situação, o prazo de até 10 (dez) dias contados do fato ou da decisão judicial que deu origem à substituição (art. 13, §§ 1º e 3º da Lei 9.504/97)
29 de março de 2026	1. Data a partir da qual nenhum candidato poderá ser detido ou preso, salvo no caso de flagrante delito (art. 236, §1º do Código Eleitoral). 2. Último dia para a requisição de funcionários e instalações destinados aos serviços de transporte e alimentação de eleitores durante a votação. 3. Data em que deve ser divulgado o quadro geral de percursos e horários programados para o transporte de eleitores para a eleição. 4. Término do período para registro de Transferência Temporária de Eleitor - TTE; 5. Término do período para registro das agregações de Seções Eleitorais; 6. Término da geração e envio dos cadernos de votação complementares (relação dos eleitores que solicitaram Transferência Temporária de Eleitores - TTEs.
02 de abril de 2026	1. Último dia para reclamação contra o quadro geral de percursos e horários programados para o transporte de eleitores na votação. (art. 4º, § 2º da Lei nº 6.091/1974).
04 de abril de 2026	1. Último dia para o(a) Juiz(íza) Eleitoral comunicar aos chefes das repartições públicas e aos proprietários, arrendatários ou administradores das propriedades particulares, a resolução de que serão seus respectivos edifícios, ou parte deles, utilizados para o funcionamento das mesas receptoras. (Art. 137 do Código Eleitoral)
05 de abril de 2026	1. Último dia para o(a) Juiz(íza) Eleitoral decidir as reclamações contra o quadro geral de percursos e horários para o transporte de eleitores, devendo, em seguida, publicar o quadro definitivo. (Lei nº 6.091/1974, art. 4º, §§ 3º e 4º).

08 de abril de 2026	1. Data a partir da qual e até 48 (quarenta e oito) horas depois da eleição, nenhum eleitor poderá ser preso ou detido, salvo em flagrante delito, ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda, por desrespeito a salvo conduto.
09 de abril de 2026	1. Último dia para os partidos políticos indicarem ao(à) Juiz(íza) representantes para o Comitê Interpartidário de Fiscalização, bem como os nomes das pessoas autorizadas a expedir as credenciais para fiscais e delegados. 2. Último dia para divulgação da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão. 3. Último dia para propaganda política mediante comícios ou reuniões públicas. 4. Último dia para a realização de debates. 5. Último dia para o Juiz Eleitoral remeter ao presidente da mesa receptora o material destinado à votação.
11 de abril de 2026	1. Último dia, até às 22h, para propaganda eleitoral mediante alto-falantes e amplificadores de som ou para promoção de carreatas e para distribuição de material de propaganda política, inclusive volantes e outros impressos.
12 de abril de 2026	DIA DA ELEIÇÃO Às 7 horas - Verificação e instalação da Seção. Das 7h às 7h30min - Emissão da "zerésima". Às 8 horas - Início da votação. Os eleitores serão identificados biometricamente. Às 17h00 - Encerramento da votação. Após as 17 horas - Emissão dos boletins de urna e início da apuração e da totalização dos resultados.
13 de abril de 2026	1. Último dia para o(a) Juiz(íza) Eleitoral divulgar o resultado da eleição para Prefeito e Vice-Prefeito e proclamar os eleitos. 2. Data a partir da qual a Secretaria do Tribunal e o Cartório Eleitoral não mais permanecerão de plantão aos sábados, domingos e feriados.
14 de abril de 2026	1. Término do prazo, às 17 horas, do período de validade de salvo-condutos expedidos por juízo eleitoral ou por presidente de mesa receptora (art. 235, parágrafo único do Código Eleitoral). 2. Término, após as 17 horas, do período em que nenhum eleitor poderá ser preso ou detido (art. 236, caput, do Código Eleitoral).
22 de abril de 2026	1. Último dia para conclusão dos trabalhos de apuração pela Junta Eleitoral.
12 de maio de 2026	1. Último dia para os candidatos e os partidos políticos encaminharem à Justiça Eleitoral as prestações de contas. 2. Último dia para o mesário que faltou à votação de CABEDELO/PB apresentar justificativa ao juízo eleitoral (art. 124, do Código Eleitoral). 3. Último dia para os candidatos e os partidos políticos removerem as propagandas relativas à eleição.
12 de maio de 2026	1. Último dia para o eleitor que deixou de votar no dia 12 de abril de 2026 apresentar justificativa ao Juiz Eleitoral.
24 de maio de 2026	1. Último dia para julgamento da prestação de contas dos candidatos eleitos, observado o prazo de 3 (três) dias antes da data-limite para diplomação dos eleitos (art. 30. § 1º da Lei 9.504/97)

28 de maio de 2026	1. Último dia para a diplomação das eleitas e dos eleitos.
24 de novembro de 2026	1. Último dia do prazo para que os candidatos ou partidos políticos conservem a documentação concernente às suas contas, desde que não estejam pendentes de julgamento, hipótese em que deverão conservá-la até a decisão final (art. 32, caput e parágrafo único da Lei nº 9.504/97).

ATOS DA PRESIDÊNCIA

PORTARIAS

PORTARIA Nº 426/2025 TRE-PB/PTRE/ASPRE

PUBLICAÇÃO EM : 07/01/2026

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, no uso de suas atribuições, e considerando a Resolução nº 21.009, de 05.03.2002, do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, c/c art. 32 do Código Eleitoral, e o que consta do PA nº 0009683-23.2025.6.15.80000,

Considerando a remoção, pelo critério de antiguidade, da Excelentíssima Senhora MAYUCE SANTOS MACEDO, Juíza de Direito de Entrância Inicial, titular da 4ª Vara Mista da Comarca de Cajazeiras, para a Comarca de Umbuzeiro, de igual Entrância, nos termos da Portaria TJPB /GAPRES nº 2.342, publicada no DJ de 17 de dezembro de 2025,

RESOLVE:

Designar, a partir de 18/12/2025, a Excelentíssima Senhora MAYUCE SANTOS MACEDO, Juíza de Direito titular da Comarca de Umbuzeiro, para a titularidade da 18ª Zona Eleitoral - Umbuzeiro, ao tempo em que dispensa, a partir da mesma data, o Excelentíssimo Senhor FABIANO LÚCIO GRAÇASCOSTA, Juiz Eleitoral da 59ª Zona - Queimadas, que fora designado, desde 02/12/2025 até ulterior deliberação, para responder, cumulativamente, pela 18ª Zona Eleitoral - Umbuzeiro, na condição de substituto, conforme Portaria nº 397/2025 TRE-PB/PTRE/ASPRE, publicada no DJE de 04/12/2025.

João Pessoa, 19 de dezembro de 2025.

OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO

PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

PORTARIA Nº 345/2025 TRE-PB/PTRE/ASPRE

PUBLICAÇÃO EM : 07/01/2026

Designa os juízes auxiliares do TRE-PB, responsáveis pelo julgamento das representações relativas ao descumprimento da Lei 9.504/1997, referentes às eleições de 2026, inclusive as do procedimento do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990, das reclamações e dos pedidos de direito de resposta.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno do Tribunal, e considerando os termos do § 3º, do art. 96 da Lei nº 9.504/97 (Lei das Eleições), do inciso II do art. 2º da Resolução TSE 23.608/2019 e o que consta do processo SEI 0008337-37.2025.6.15.8000,

RESOLVE: